

SUMÁRIO

Apresentação, após 25 anos

ÉDIS MILARÉ	5
-------------------	---

Prefácio

MIN. GILMAR MENDES	7
--------------------------	---

I – O projeto de lei brasileira sobre processos coletivos

ADA PELLEGRINI GRINOVER	15
-------------------------------	----

II – Terceiro setor, Ministério Público e a ação civil pública

AIRTON GRAZZIOLI E JOSÉ EDUARDO SABO PAES	21
---	----

III – A tutela coletiva do século XXI e sua inserção no paradigma jurídico emergente

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI.....	37
---------------------------------	----

IV – Ação civil pública: desafios e perspectivas após 25 anos de vigência da Lei 7.347/1985

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.....	61
---	----

V – Ação civil pública ambiental e as tutelas jurisdicionais de prevenção e de precaução

ÁLVARO LUIZ VALERY MIRRA	79
--------------------------------	----

VI – O compromisso de ajustamento de conduta como *transação híbrida* e a problemática teorização da passagem do exercício do Poder Público para a tentativa de ajuste no âmbito privado

ANA LUIZA BARRETO DE ANDRADE FERNANDES NERY.....	99
--	----

VII – A ação civil pública e os dilemas do Ministério Público agente político

ANTONIO AUGUSTO MELLO DE CAMARGO FERRAZ.....	121
--	-----

VIII – O controle judicial da legalidade da instauração de inquérito civil

ARRUDA ALVIM	133
--------------------	-----

IX – Processos coletivos e prova: transformações conceituais, direito à prova e ônus da prova CARLOS ALBERTO DE SALLES	147
X – Ação civil pública: aspectos evolutivos e tendências. Protagonismo, integração e gestão participativa dos conflitos. Legitimidade e efetividade do processo decisório CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA	161
XI – Ações coletivas ambientais. Prova pericial. Ônus e honorários periciais: críticas e propostas DANIEL ROBERTO FINK.....	183
XII – Ação civil pública, instrumento indutor da sustentabilidade ÉDIS MILARÉ.....	197
XIII – Reflexões sobre a nova proposta de “Lei da Mordaza” FERNANDO GRELLA VIEIRA	209
XIV – O objeto de tutela da ação civil pública e sua correlação com o rol de legitimados FERNANDO REVERENDO VIDAL AKAOUI	215
XV – O crime de desobediência da Lei da Ação Civil Pública GILBERTO PASSOS DE FREITAS.....	231
XVI – A natureza da ação civil pública como garantia constitucional fundamental: algumas diretrizes interpretativas GREGÓRIO ASSAGRA DE ALMEIDA	241
XVII – Ação civil pública e Justiça do Trabalho GUILHERME JOSÉ PURVIN DE FIGUEIREDO.....	273
XVIII – O julgado coletivo e a fase de execução: alguns avanços necessários HAMILTON ALONSO JR.	295
XIX – Notas sobre o inquérito civil e o compromisso de ajustamento de conduta HUGO NIGRO MAZZILLI.....	305
XX – O mandado de segurança coletivo em cotejo com as ações coletivas constitucionais HUMBERTO THEODORO JÚNIOR.....	321

XXI – Ação civil pública revisitada: a reconstrução de um instrumento da cidadania JOÃO BATISTA DE ALMEIDA	335
XXII – Em defesa da “vigente” Lei da Ação Civil Pública JOSÉ CARLOS BAPTISTA PUOLI	349
XXIII – Ações coletivas na Constituição Federal de 1988 JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA	363
XXIV – Bens culturais e sua tutela jurídica: tombamento, registro, ação civil pública JOSÉ EDUARDO RAMOS RODRIGUES	375
XXV – Ação civil pública: os caminhos da constitucionalização JOSÉ EMMANUEL BURLE FILHO e WALTER PAULO SABELLA.....	411
XXVI – Ação coletiva consumerista: origens e evolução JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO.....	425
XXVII – Interesses individuais homogêneos nos Juizados Especiais Cíveis: a necessária ampliação da competência JOSÉ MARCELO MENEZES VIGLIAR	441
XXVIII – A tutela ambiental e a ação civil pública JOSÉ RENATO NALINI	449
XXIX – A prova judicial do nexo de causalidade do dano ambiental: prova indiciária e sua valoração em um contexto de incertezas JOSÉ RUBENS MORATO LEITE e PERY SARAIVA NETO	465
XXX – Ação civil pública e ação de improbidade administrativa: unidade ou dualida- de? JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO	483
XXXI – Do objeto litigioso das ações coletivas: cuidados necessários para sua correta fixação KAZUO WATANABE.....	501
XXXII – Conceito de interesse público e crítica de sua legitimidade: futuro da ação civil pública LIDIA HELENA FERREIRA DA COSTA PASSOS	509

XXXIII – Anotações à margem do nascedouro de uma lei transcendental: reminiscências da origem da ação civil pública LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO.....	531
XXXIV – A tutela jurisdicional coletiva e sua efetividade LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA.....	535
XXXV – Anotações sobre o projeto da nova Lei da Ação Civil Pública: análise histórica e as suas principais inovações LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR e ROGÉRIO FAVRETO	557
XXXVI – Breves considerações sobre o inquérito civil MARCELO ABELHA RODRIGUES.....	569
XXXVII – Atualidades sobre a ação civil pública ambiental MARCELO BUZAGLO DANTAS	573
XXXVIII – Ação civil pública, escolhas políticas e litigiosidade MARCELO DAWALIBI.....	591
XXXIX – Ações coletivas no direito processual civil brasileiro: exame de alguns casos julgados pelos tribunais brasileiros NELSON NERY JUNIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY.....	605
XL – A prova científica e o dever de imparcialidade na tutela coletiva ambiental PATRYCK DE ARAÚJO AYALA	637
XLI – Reserva legal florestal e ação civil pública PAULO AFFONSO LEME MACHADO	665
XLII – Tutela de precaução PAULO AFONSO GARRIDO DE PAULA	673
XLIII – Ação civil pública: litigância de má-fé PAULO DE BESSA ANTUNES	685
XLIV – Ação civil pública e o ressurgimento da cidadania: realidade e perplexidade. Dos <i>direitos difusos</i> às <i>obrigações difusas</i> PAULO SALVADOR FRONTINI.....	697

XLV – Efetividade do processo coletivo: o Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América e o direito brasileiro	
PEDRO LENZA	709
XLVI – Novos desafios do Ministério Público na tutela coletiva	
RICARDO DE BARROS LEONEL	721
XLVII – A reiterada legitimidade da defensoria pública para o ajuizamento de ações coletivas	
RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO e CAROLINA BRAMBILA BEGA.....	733
XLVIII – Competência para processar e julgar o pedido de suspensão de liminar em ação civil pública	
RODRIGO BARIONI.....	743
XLIX – Desenvolvimento ambiental e/ou aplicação seletiva da lei? Desafios a partir de um caso concreto	
RONALDO PORTO MACEDO JÚNIOR	757
L – Os efeitos da sentença na ação civil de responsabilidade por improbidade administrativa	
SÉRGIO SHIMURA	769
LI – O mandado de segurança coletivo na Lei 12.016/2009	
TEORI ALBINO ZAVASCKI.....	789
LII – A Defensoria Pública, o novo conceito de necessitado e a legitimidade para propositura da ação civil pública	
VÂNIA MÁRCIA DAMASCENO NOGUEIRA.....	801
LIII – Ação civil pública na atualidade: alguns aspectos polêmicos	
VERA LUCIA R. S. JUCOVSKY	817
LIV – Conciliação, execução e efetividade nas ações civis públicas	
VLADIMIR PASSOS DE FREITAS e MARIANA ALMEIDA PASSOS DE FREITAS	829
LV – A Lei da Ação Civil Pública 25 anos depois (Lei 7.347/1985) e a derrocada do Projeto de Lei 5.139/2009 que pretendia revogá-la	
VOLTAIRE DE LIMA MORAES.....	841
LVI – Ação civil pública, improbidade administrativa e políticas públicas	
WALLACE PAIVA MARTINS JUNIOR	853

Anexos

1. Projeto de Lei 3.034/1984, apresentado à Câmara pelo Deputado Flávio Bierrenbach	873
2. Anteprojeto de Lei elaborado pelo Ministério Público de São Paulo, que serviu de base ao Projeto de Lei do Executivo sob n. 4.984/1985 (na Câmara) e n. 20/1985 (no Senado).....	877
3. Projeto de Lei 4.984/1985, aprovado na Câmara dos Deputados	881
4. Projeto de Lei 20/1985, aprovado no Senado Federal.....	885
5. Razões do veto parcial	889
6. Texto original da Lei 7.347/1985.....	891
7. A Lei 7.347/1985 vinte e cinco anos depois.....	893
8. Projeto de Lei 5.139/2009.....	897